

Nota da Direção

A afirmação do projeto da *Católica Law Review* ao longo dos anos e a sua crescente notoriedade traduziram-se, nesta edição, num aumento significativo do envio de contributos por parte de autores nacionais e estrangeiros, tanto em língua portuguesa como em língua inglesa. Esse aumento implicou um considerável alargamento do processo de revisão, no qual estiveram envolvidos diversos revisores aos quais, não podendo nomear individualmente, agradecemos a atenção, o cuidado e a celeridade colocados no processo de *peer review*. Essa colaboração de revisores externos à Faculdade reforça a credibilidade da revisão por pares, a qual contribui para assegurar uma adequada seleção dos artigos e garantir a qualidade académica de mais esta edição da revista.

Desta feita, o resultado desse processo reconduz-se à publicação de cinco artigos e um comentário de jurisprudência versando sobre áreas fundamentais do direito público: os direitos constitucional, administrativo, europeu e internacional.

Em particular, Luísa Netto aborda o tema do direito fundamental à ciência, explorando as interações entre a sua consagração normativa no plano nacional e internacional, em particular à luz da prática decisória brasileira, aí defendendo a necessidade de uma afirmação autónoma do direito à ciência, também como forma de resposta a diferentes questões sociais e ambientais.

Juliana Ferraz Coutinho trata de um tema de direito administrativo, em especial do processo arbitral envolvendo atos administrativos pré-contratuais e a questão da excessiva duração da arbitragem que pode acarretar a sua inutilidade. Discute-se aí, em particular, a relevância do regime da modificação objetiva da instância prevista no Código de Processo nos Tribunais Administrativos como forma essencial de assegurar uma tutela jurisdicional funcionalmente adequada.

No plano do direito europeu, Joana Gomes Beirão reflete sobre o discurso de ódio por parte de membros da classe política à luz da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos – em particular sobre a aplicação dos artigos 10.º e 17.º da Convenção Europeia – e a ponderação aí encontrada

entre a necessidade de assegurar um elevado nível de proteção do discurso político, por um lado, e de proteger pessoas e/ou grupos de todas as formas de discriminação e intolerância, por outro.

Por fim, publicam-se dois artigos no âmbito do direito internacional público, que colocam em evidência a crescente dimensão garantística do direito internacional sobretudo do ponto de vista dos particulares. Por um lado, Kata Dozsza discute o papel das crianças e jovens na defesa e proteção do planeta contra as alterações climáticas, apelando e promovendo um conceito de cidadania ambiental. Por outro lado, Filipe Venade de Sousa sublinha a importância das pronúncias e recomendações dos Comitês das Nações Unidas em matéria de direitos humanos, em particular a sua receção e implementação no ordenamento jurídico português, no qual a questão não tem sido especialmente tratada pela doutrina.

Por razões de facilidade, optou-se pela publicação dos artigos por ordem alfabética dos nomes dos respetivos autores.

A revista inclui, no final, um comentário jurisprudencial de José Alberto Azeredo Lopes e Maria Isabel Tavares, que incide em especial sobre o Despacho do Tribunal Internacional de Justiça de 16 de março de 2022, sobre medidas provisórias, no processo envolvendo alegações de genocídio ao abrigo da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, intentado pela Ucrânia contra a Rússia. Refletindo ainda sobre as implicações da guerra da Ucrânia no plano do Tribunal Penal Internacional e do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, o comentário convoca os mais dramáticos acontecimentos ocorridos na Europa desde a Segunda Guerra Mundial, discutindo as possíveis formas de reação no plano jurídico-político.

O resultado final – dois artigos em português e três em língua inglesa, respeitando a natureza bilingue da revista, a que acresce uma anotação de jurisprudência de notória atualidade – deixa em aberto um futuro auspicioso para a *Católica Law Review* e para a sua consolidação enquanto periódico de referência no contexto das revistas jurídicas portuguesas.

Marta Portocarrero
Patrícia Fragoso Martins